



Democracia em vertigem: reflexões sobre os fluxos de atenção e ações coletivas para mudança social na Internet

Democracy in collapse: reflections about flows of attention and collective actions for social change on the Internet

Adilson Vaz Cabral Filho ^{a, b, *} 

Cintha Pires Oliveira ^b 

RESUMO: O cenário de plataformização e lógica algorítmica proporciona novos desafios sociopolíticos para a participação de ações coletivas na internet na medida em que “colonializa” (Couldry, 2019) e intensifica a disputa por direcionamento e padronização da atenção coletiva (Couldry, 2010; Citton, 2017). No entanto, se há organizações midiáticas e grupos econômicos controlando o modelo de negócios na internet e hierarquizando os temas de interesse, há também vozes que buscam visibilidades para causas locais em contrafluxo à dinâmica atencional estabelecida na esfera pública. Parte do projeto de pesquisa, em andamento sobre atenção humana e participação, esse artigo tem como objetivo discorrer sobre o cenário de uso das tecnologias digitais que, de modo controverso, potencializam disputas e também visibilidades enquanto impõem impasses para o efetivo exercício da democracia e da participação por vozes que buscam alcançar mudanças sociais locais. Ao discorrer sobre a estrutura midiática e tecnologias digitais pautadas pela expansão do capitalismo, propomos reflexões sobre a dinâmica da atenção a partir da esfera pública habermasiana e da proposta de “esfera pública oposicional” (Caballero, 2020), indicando possíveis percursos teóricos para a compreensão do paradigma das ações coletivas e movimentos sociais na atualidade.

Palavras-chave: Atenção Online; Participação; Democracia; Esfera Pública; Movimentos Sociais.

ABSTRACT: The platformization and algorithmic logic scenario provides new socio-political challenges for the participation of collective actions on the internet as it “colonializes” (Couldry, 2019) and intensifies the dispute for directing and standardizing collective attention (Couldry, 2010; Citton, 2017). However, if there are media organizations and economic groups controlling the internet business model and hierarchizing the topics of interest, there are also voices that seek visibilities for local causes in counterflow to the attentional dynamics established in the public sphere. Part of an ongoing research project on human attention and participation, this article aims to discuss the scenario of use of digital technologies that, in a controversial way, potentiate disputes and also visibilities while imposing obstacles to the effective exercise of democracy and participation by voices that seek to achieve local social changes. By discussing the media structure and digital technologies guided by the expansion of capitalism, we propose reflections on the dynamics of attention from the Habermasian public sphere and the proposal of “oppositional public sphere” (Caballero, 2020), indicating possible theoretical paths for understanding the paradigm of collective actions and social movements today.

Keywords: Attention Online; Participation; Democracy; Public Sphere; Social Movements.

^a Departamento de Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil.

^b Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil.

* Correspondência para/Correspondence to: Adilson Vaz Cabral Filho. E-mail: acabral@comunicacao.pro.br.

Recebido em/Received: 28/07/2022; Aprovado em/Approved: 10/10/2022.

Artigo publicado em acesso aberto sob licença [CC BY 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)  

INTRODUÇÃO

A busca por despertar o interesse das pessoas por meio da comunicação sempre foi alvo de disputas ao longo da evolução da humanidade. Gradualmente, à comunicação oral foram somados recursos, técnicas e dispositivos que marcaram a história dos meios de comunicação. Em paralelo, esses mesmos procedimentos aprimoravam não somente a emissão das mensagens, como também promoviam mudanças no modo como a percepção do indivíduo estava sendo direcionada.

Assim, a possibilidade de despertar interesse por determinada comunicação sofre drásticas alterações no atual contexto de convergência, mobilidade e acessos a dispositivos digitais. A consequente diversificação de agentes envolvidos na produção de conteúdos audiovisuais disseminados pela internet traz uma série de questões teórico-práticas sobre a democracia participativa que podem ser aprofundadas a partir das disputas pela atenção mediada online, inclusive com a emergência de vozes periféricas que até então estavam relegadas à (senão toda, em sua maior parte) invisibilidade¹.

No entanto, cabe ressaltar que, diante da conectividade exaltada por correntes teóricas, estudos reportam que há quatro bilhões de cidadãos desconectados no mundo, pessoas que ainda não possuem acesso à internet (Belli, 2017). Se por um lado, mais da metade da população mundial, de sete bilhões de indivíduos, não vivenciam a realidade do ambiente digital, por outro, três bilhões de conectados, independente da intensidade e qualidade do acesso, contribuem de algum modo para os fluxos de comunicação na internet e para retroalimentar a lógica algorítmica. Constroem relações e experimentam a tecnicidade digital, de modo a tornar ainda mais complexo o cenário midiático até então dominado pela radiodifusão.

Essas são questões transversais complexificadas com a lógica digital. Por isso, buscaremos apontar tópicos inerentes à disputa pela atenção humana online diante do cenário midiático e das relações cotidianas tecidas nas contradições, nas controvérsias inerentes às relações constituídas entre comunicação e participação política. A acessibilidade aos recursos tecnológicos proporciona falsa expectativa de que os meios de comunicação democratizam os processos de circulação de mensagens, de acesso e de potencial participação política. A competição pela atenção humana online, e consequente disseminação de mensagens, pode nos conduzir ao raciocínio equivocado de que os debates em torno de temas de interesses comuns é também demonstração dos benefícios e caráter democrático dos meios.

Em grande parte, essa corrida pelo interesse público (e do público) está relacionada ao modo como se constituiu a internet em praças de mercado. Sob gestão de proprietários das plataformas, essas praças do mercado digital se organizam por meio de espaços de trocas de informação e interação entre usuários, que “podem ser

¹ Desdobramentos sobre a temática a partir do filósofo francês Merleau-Ponty em “O visível e o invisível” (2019).

compradores e vendedores, anunciantes publicitários, desenvolvedores de softwares, membros de redes sociodigitais etc.” (Dantas, 2017).

Sobre esse aspecto, Bolaño e Vieira (2014) expõem que, na passagem do controle estatal para o setor privado, apesar da manutenção do acesso gratuito à informação, o modelo de regulação foi direcionado pelas premissas da publicidade. Assim, embora os usuários paguem pela tecnologia disponibilizada pelos provedores para possibilitar a conexão, é livre o acesso às informações amplamente publicadas na internet.

Sendo assim, se por um lado o ambiente digital parece propício para a produção e multiplicação de conteúdos, garantindo aos sujeitos sociais o direito de distribuição e expressão como componentes do Direito Humano à Comunicação, por outro, nos deparamos com questões sensíveis relacionadas ao cenário de reivindicação pela democracia participativa.

Se a comunicação precisa ser compreendida enquanto campo estratégico, a depender das heranças e perspectivas históricas, sociais, políticas e culturais, são múltiplas as formas das periferias e articulações entre atores sociais no local, assim como técnicas, arranjos e (des)equilíbrios viabilizados pelas plataformas digitais. O fenômeno da “plataformização” e datificação carecem de investigação, sobretudo a captura da atenção, a geração de interesse e a mobilização de audiências - fatores que se perpetuam na linha histórica do processo comunicacional e adquirem peculiaridades com a mídiatização e reestruturação da “esfera pública” burguesa.

No século XIX, a esfera privada se resumia basicamente à família que gradualmente também sofreu mudanças estruturais. Isso porque os tentáculos do modo de produção capitalista adquiriram novos contornos a medida em que o processo de industrialização passou a atingir outros mercados – inclusive o cultural. Com a invasão de formas simbólicas no núcleo familiar, a esfera pública também se sobrepõe nos lares enquanto o “raciocínio tende a se converter em consumo” (Habermas, 2003, p. 191), sobretudo sob a influência da mídia.

O advento da internet talvez seja o principal marco do século XX referente à amplificação do potencial da esfera pública reestruturada. A possibilidade de conexão por todos e para todos gerou expectativas de que as vozes dos oprimidos fossem ampliadas. Por essa vertente, teóricos como Castells (2013), Jenkins (2009) e Lévy (2010) creditaram ao ambiente digital a possibilidade de amplificar a participação e o envolvimento político dos indivíduos.

Contudo, fatos foram se desenovelando à medida que investigações e reflexões críticas foram de desenvolvendo a respeito do conflitante uso de tecnologias digitais para instauração do poder emancipatório. A partir da segunda década do século XXI, a percepção cética da internet enquanto esfera pública “democrática” adquiriu novas nuances, ampliando críticas à abordagem, ainda que reconhecendo as potencialidades desse ambiente digital enquanto território para mobilização de grupos e exercício do Direito Humano à Comunicação.

Pelo exposto, por meio de revisão bibliográfica tendo como referencial teórico-metodológico a Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura (EPICC), esse artigo possui a proposta de realizar reflexões sobre a questão central: em que medida se configuram os desafios a serem enfrentados pelos movimentos sociais na internet para alcance de visibilidade e mudanças sociais locais, diante do cenário tecnológico em que algoritmos e plataformas digitais potencializam disputas pela atenção mediada online? A partir de evidências obtidas por pesquisa em andamento, serão apresentadas reflexões, enquanto categorias analíticas e resultados preliminares que indiquem possíveis trajetórias para o processo de pesquisa.

Iniciaremos o estudo ponderando as contribuições de Habermas (2003) em relação ao conceito de “esfera pública democrática” para elucidar o necessário confronto normativo com a “esfera pública oposicional” (Caballero, 2020) que traz elementos fundamentais para o estudo das disputas por atenção travadas por ações coletivas de movimentos sociais na internet. Na sequência, evidenciamos a tradicional influência da mídia e do processo de midiaticização que institucionaliza (Hjarvard, 2015) desigualdades e apagamentos, enquanto previamente ordena a atenção coletiva. Diante desse cenário, discorreremos sobre as contradições e tensões inerentes à atuação de movimentos sociais na internet que utilizam essa esfera pública como arena para disputar atenção e visibilidade para causas sociais e reivindicação de justiça social. Por fim, abordamos a necessidade de trazer para o centro das discussões e pesquisas os novos obstáculos que se configuram para garantia do direito humano à comunicação a partir da problemática da atenção mediada online (Couldry, 2010; Citton, 2017) e dos ideais de participação política (Carpentier, 2018, 2019).

Por fim, demonstramos que, como possibilidade de resistência ao modelo de negócios de plataformação pautado no “colonialismo de dados” (Couldry, 2019) é possível identificar brechas na atuação de movimentos sociais locais que se articulam para driblar a lógica de (re)configuração e padronização da atenção coletiva (Couldry, 2010; Citton, 2017) nas plataformas digitais. Ao propor esta discussão, temos como objetivo lançar luz a temáticas relacionadas ao direcionamento da atenção e ao uso de tecnologias digitais pelos movimentos sociais locais, cujas configurações e atuação no século XXI podem ser compreendidas a partir de contradições e potencialidades na internet em prol de reivindicações por transformação social.

ESFERA PÚBLICA E DISPUTAS POR ATENÇÃO MEDIADA ONLINE

Se o século XIX proporciona novos embates para o exercício da democracia participativa e, conseqüentemente, o campo de disputas por interesses adquire novo patamar no ambiente digital, foi com a imprensa de Gutemberg, a partir do século XV, que o exercício de poder midiático se fortaleceu para ordenar e direcionar a atenção dos indivíduos².

² Conforme Thompson (1998) expõe, a partir de 1450 Gutemberg já havia aprimorado suas técnicas possibilitando que a prensa começasse a ser comercializada. A partir de 1480, calcula-se que havia

Diante da possibilidade de captura massiva da atenção pelos meios de comunicação, Habermas (2003) enfatiza que a comercialização de bens culturais alcança novas funções no lazer (*Ibidem*, p. 195). Com a inserção da burguesia, o público leitor potencial aumenta e surgem movimentos pautados nos ideais do Iluminismo para incentivar o acesso à cultura. O filósofo e sociólogo alemão pondera que o contato com a cultura “exercita o espírito”, porém a recepção da cultura de massas é mecânica, “sem consequências perceptíveis” de modo que “não deixa rastros” e “transmite uma espécie de experiência que não acumula, mas faz regredir” (*Ibidem*, p. 196-197).

Apesar de sua crítica ao papel da mídia enquanto Indústria Cultural e conseqüentemente, recorrente associação à Escola de Frankfurt, Habermas (1997) também propõe o exercício da ação comunicativa para evidenciar a contribuição da participação social em processos deliberativos que dizem respeito a todos, não apenas a governantes, opressores ou quaisquer segmentos de privilegiados. Sua crítica está diretamente relacionada ao papel de interferência da mídia nessa dinâmica, bem como à conformação dos diferentes atores na afirmação dos processos deliberativos em torno da esfera pública. Enquanto condição emancipatória, a ação comunicativa ocorre a partir de relações interpessoais que buscam alcançar compreensão sobre o que motiva a interação entre os envolvidos, bem como sobre o entendimento que implica no desdobramento em futuras ações.

Diante da capacidade de compreensão do papel da sociedade civil, da construção de diálogos possíveis com o Estado e de suas estruturas burocráticas, bem como do fortalecimento do Estado democrático de Direito, Habermas propõe olhar que transpõe o possível pessimismo frankfurtiano perante o avanço das estruturas midiáticas. Assim, Habermas estruturou em outras bases o pensamento frankfurtiano, invertendo a agenda negativa em sua compreensão sobre a sociedade e abrindo conexões em vários campos do conhecimento. Mesmo a formulação da colonização do mundo da vida, tal como proposta pelo autor, direciona o olhar para determinadas patologias presentes nas sociedades capitalistas contemporâneas, mas proporciona, ao mesmo tempo, subsídios para tentativas de enfrentamento pela sociedade.

Se desde o seu nascedouro a indústria midiática tem proporcionado tensionamentos no exercício de sua relação com os sujeitos sociais, na formação de opinião pública e no direcionamento de interesses, com as tecnologias digitais surgem novos obstáculos

tipografias estabelecidas em mais de 100 cidades pela Europa (*Ibidem*, p. 55). Com o florescimento do comércio de livros, nasce também um modelo econômico de comercialização do simbólico e, automaticamente, se constroem as primeiras bases políticas, econômicas e culturais para dissensões em torno da atenção humana. A acirrada competição pela atenção humana vem de longas datas e pode ser observada pela contradição dada pelo volume de produtos simbólicos disponíveis e o número relativo de leitores no fim do século XV: entre 15 e 20 milhões de cópias impressas circulando em regiões com população que não ultrapassava 100 milhões (*Ibidem*, p.56). De modo adicional, vale notar que deste grupo, somente uma pequena parte era alfabetizada – já que mulheres, serviços e negros eram excluídos. Por consequência, podemos notar que a relação entre produtos simbólicos e a escassez de atenção já prevalecia.

para fortalecimento de ações coletivas dadas as consequências desse modelo de negócios estruturado para alcançar resultados financeiros, concentrar poder e mobilizar audiências conforme interesses próprios. Para esta discussão, é pertinente considerarmos que a influência da mídia nas profundas relações sociais foi mitigada ou até mesmo anulada por anos. Thompson (1998), no entanto, já nos alertara para a necessidade de compreendermos os processos midiáticos a partir de sua influência na dinâmica de estruturação social de longo prazo, superando análises superficiais. Do mesmo modo, ainda que sob algumas limitações, Habermas (2003) recorre à complexa dinâmica social marcada pelos avanços de arcabouços midiáticos para discorrer sobre a formação e mobilização da opinião pública que culminam em movimentos que possibilitam a reconfiguração das esferas pública e privada. Por perspectiva multidimensional e estruturalista, Habermas (2003) expõe a atuação da mídia na (re)estruturação da esfera pública e, conseqüentemente, na dinâmica de direcionamento de interesses, de opiniões e da liberdade de expressão. Para esse autor, a partir de atividades em grupo, os indivíduos detêm o poder não somente de direcionar interesses (aqui ampliamos para a compreensão referente à dinâmica da atenção) da sociedade, como de expandir a participação política.

Embora na discussão da esfera pública, Habermas não evidencie a importância dos distintos interesses envolvidos na relação dos meios de comunicação com o Estado e o Capital, assim como omite as dinâmicas específicas de grupos voltados para movimentos sociais e operários, partindo da prerrogativa de que a “esfera pública plebeia” mantém seus direcionamentos a partir das intenções e ditames da esfera pública burguesa (Ibidem, 2003, p.10), as contribuições do teórico tornam-se ainda mais pertinentes quando aproximamos nosso olhar para os fluxos de atenção mediada na atualidade.

Mesmo diante do paradigma dos modos de produção advindos com as tecnologias digitais e do estabelecimento de novos elementos para “colonizar a atenção” das pessoas a partir do controle de dados e estruturas, podemos observar a emergência de ações comunicativas voltadas para gerar deslocamentos de interesse em prol de causas coletivas e justiça social, com tentativas para desafiar a lógica sistêmica da esfera pública digital, ainda que circunscrita nela.

A respeito da internet, Habermas teceu interessante comentário sobre seus mecanismos e potencialidades. Para o autor,

a internet certamente reativou as ações cívicas de um público igualitário de escritores e leitores. Contudo, a comunicação mediada por computador através da internet pode demandar méritos democráticos inequívocos somente para um contexto especial: ela pode desafiar a censura imposta por regimes autoritários que tentam controlar e reprimir a opinião pública. (...) Através de esferas públicas nacionais estabelecidas, os debates online entre os utilizadores da web promovem uma comunicação política somente quando novos grupos se cristalizam em torno de pontos focais sobre a qualidade da imprensa, por exemplo, jornais nacionais e revistas políticas (HABERMAS, 2008, p. 13).

Enquanto as plataformas de mídias sociais, organizadas a partir de empreendimentos corporativos, denotam eficiência no agenciamento de ações coletivas e suas formas de interação, ao mesmo tempo fazem emergir a intolerância e intensificam formas de controle e de exposição à privacidade. Por sua vez, o papel da mídia vem sendo fortemente questionado e formas periféricas de produção e circulação midiática vem aparecendo - não necessariamente em oposição, mas valendo-se dessas estruturas para se legitimar socialmente.

Apesar da consolidação da internet enquanto modelo de negócio somente ocorrer no século XXI, no final do século XX Habermas (1981) já havia abordado sua concepção sobre os novos movimentos sociais europeus em referência aos objetivos pelos quais os grupos estavam se organizando no final da década de 70, de modo a gerar distanciamento das pautas contrárias às formas capitalistas de produção e exploração do trabalho.

Ao observar que outras pautas adquiriam destaque nas reivindicações³, o autor indica que os elementos e estruturas forjados pela lógica capitalista passavam a ser parte da dinâmica dos movimentos sociais que, por sua vez, se distaciaram da luta de classes. Ainda que tal observação possa gerar ressalvas a depender das especificidades de cada ação coletiva, do conjunto de práticas/mobilizações e da origem (ou fatos geradores) da agenda de reivindicações, essa compreensão agrega novas camadas às discussões sobre os movimentos sociais na internet e respectivos tensionamentos característicos dessas iniciativas na América Latina.

No entanto, Caballero (2020) propõe abordagem diferenciada a respeito do conceito de esfera pública e da atuação de movimentos sociais na internet. A partir de leitura marxista, o autor resgata o conceito de “esfera pública oposicional” (de Oskar Negt) para problematizar elementos distintivos de participação política que transcendam as discussões superficiais sobre experiências vinculadas ao chamado “ciberativismo” e sua conseqüente avalanche em prol do frenesi de cliques e curtidas (“clickativismo”).

Assim, diferentemente da abordagem de esfera pública elitizada de Habermas, em que o ideal de participação e ação política se descolam das classes menos favorecidas, torna-se possível problematizar os diversos modos de participação e ativismo digital nas plataformas digitais, enquanto ambientes públicos de ação coletiva dos subalternos (Caballero, 2020, p. 22), diante da estrutura que permeia as redes sociais na internet e configura as relações estabelecidas nesse ambiente. E, dessa forma, mesmo diante dos fatores estruturantes que norteiam as relações, tanto o espaço público (físico) quanto a esfera pública (virtual) podem ser concebidos e articulados como ambiências para atuação de ações coletivas de movimentos sociais, em exercício da democracia participativa, em prol de reivindicações de classe (mas não somente) contrárias à lógica capitalista e respectiva dinâmica de poder.

³O autor ainda destaca a capacidade de debate político propiciado por mobilizações como aquelas exercidas por ecologistas e feministas, capazes de gerar mudanças na “gramática das formas da vida” (HABERMAS, 1981, p.33) e portanto, capazes de defender direitos na arena pública.

Com esse deslocamento de olhar, é possível identificar as teias de conversações e interações sociais constituídas a partir de fatores socioeconômicos, políticos, sociais e culturais que, entrelaçados, viabilizam outras realidades. E ao situar uma segunda camada de elementos contextuais, midiáticos e tecnológicos na sociedade, as conversações enquanto interações sociais tendem a gerar outra camada heterogênea de direcionamentos de interesses “intracomunitários” e “extracomunitários”. Essa dinâmica conversacional mediada por tecnologias e meios de comunicação reconfigura processos sociais tradicionalmente cristalizados enquanto constrói superfície diferenciada de ambientes midiáticos⁴.

Logo, diante de sua inegável contribuição, os pensamentos de Habermas em “Mudança Estrutural da Esfera Pública” requerem adaptação em relação aos processos sociais constituídos no cotidiano comunicacional da classe trabalhadora, das mobilizações de coletivos em prol de causas locais. Se a “esfera pública plebeia” se orienta pelas “intenções da esfera pública burguesa”, há disputas que ocorrem na arena da atenção cujas nuances de direcionamento de interesses carecem de olhar acurado nas pesquisas da atualidade.

Com essa perspectiva, Martín-Barbero (1997) propôs também deslocar o foco dos meios para as mediações para as críticas relacionadas a uma melhor compreensão das dinâmicas populares. É justamente essa dinâmica que nos interessa, dada a relevância do ato de despertar interesse e direcionar atenção humana enquanto momento preliminar para as experiências de participação social. Isso porque o envolvimento dos indivíduos na política depende do direcionamento de atenção e da “preocupação compartilhada” (Couldry, 2010), para além da quantidade e recursos linguísticos de comunicação.

Apesar de evitar desdobramentos sobre as disputas sociais inerentes, Habermas endossa e/ouou discorre de modo irônico sobre a atuação comercial dos meios de comunicação ao longo do processo de reestruturação da esfera pública, ao considerar que “as leis de mercado já penetraram na substância das obras, tornando-se imanentes a elas como leis estruturais” de modo que “o mercado dos bens culturais assume novas funções na configuração mais ampla do mercado de lazer” (Ibidem, 2003, p. 195). Em outras palavras, a cultura de massa promove “a distração ao invés de formar o público” (Ibidem, 2003, p. 195). Dessa forma, grupos detentores de poder político e financeiro sistematizavam a circulação, os detalhes da apresentação / diagramação / design e a própria concepção de produtos culturais e jornalísticos, “conforme pontos de vista da estratégia de vendas no mercado” (Ibidem, 2003, p. 195).

Assim, a indústria jornalística vende notícias e mobiliza opinião pública conforme processo sócio-histórico, político e econômico de desenvolvimento do setor. Ou seja, publicam e vendem notícias para a sociedade, que por sua vez devolve fragmentos de sua atenção aos veículos de comunicação. Estes, por outro lado, comercializam essa

⁴ A respeito da circulação de Fake News e formação de bolhas na internet, recomendamos o artigo “A semiótica das Fake News” (2020) de Lúvia Santaella.

atenção em forma de audiência para os anunciantes, por meio dos espaços destinados à publicidade de produtos, marcas e serviços.

A contribuição da teoria crítica de Habermas (2003) e o seu diagnóstico sobre a reconfiguração da esfera pública merece atenção especial na atualidade uma vez que as estruturas políticas e financeiras que perpetuaram a hegemonia midiática no modelo de radiodifusão se reproduzem também na internet. Por outro lado, é essencial que possamos realizar leituras sob as óticas dos subalternos, dos movimentos sociais e iniciativas comunitárias atuantes nas plataformas digitais. Sendo assim, para além da relação de cima para baixo do público com as tecnologias digitais, é necessário compreender quais e como se formam espaços de diálogo, de atuação não hegemônica e de visibilidades que busquem gerar outras compreensões que não sejam as meras reproduções das lógicas midiáticas tradicionais.

Para Bolaño (2000), a audiência possui característica peculiar que merece ser investigada:

a mercadoria audiência é muito especial em relação às outras mercadorias, já que o processo de sua criação não pode ser concebido como a ação de um sujeito sobre um objeto simplesmente. Ela é especial mesmo em relação a mercadorias imateriais, como a informação, por exemplo. Num sentido, ela deve ser comparada antes com a força de trabalho: uma força, um poder, uma energia que existe nos sujeitos (ou, neste caso, na relação entre o sujeito e o produtor cultural) e **que pode ser apropriada pelo capital sob determinadas condições sociais e técnicas** (Bolaño, 2000, p. 230, grifo nosso).

Assim, para os objetivos propostos nesse estudo, compreendemos o conceito de audiência como constituída por grupos de indivíduos que potencialmente direcionam seu tempo e interesse para determinado objeto ou evento. Logo, a audiência é uma “mercadoria-índice” (OLIVEIRA, 2016) que materializa os fluxos de direcionamento de atenção de indivíduos para determinado conteúdo. Em particular, no entanto, os processos sociais que englobam a “atenção” têm propiciado novos debates em torno desse fenômeno, sobretudo em virtude do avanço das novas tecnologias digitais e dos negócios de redes sociais na internet.

A partir dos apontamentos de Habermas, Bolaño (2000, p. 87) também alerta que os conteúdos veiculados pelos meios de comunicação de massa não somente influenciam o consumo, como são produzidos a partir de modelos ideológicos voltados para esse fim. Por essa vertente, a crítica ideológica demanda deslocamento da “teoria da coisificação” para dedicar-se às explicações sobre o “empobrecimento cultural” e a “fragmentação da consciência coletiva” (Ibidem, p.89). Com este entendimento, Moraes (2009) alerta que cultura e economia são itens indissociáveis do capitalismo atual, minando diferenças entre produção de mercadorias e produção artística:

Na moldura de midiaticização da vida social, caracterizada por mediações e interações baseadas em dispositivos teleinformativos, os ramos culturais estão imersos na lógica do lucro que preside a **expansão da forma-mercadoria a todos os**

campos da vida social. Não raro, as imagens e as obras de arte transcendem as intenções originais de seus criadores para integrar um circuito de produção e comercialização transnacional que engloba mercados, museus, festivais, bienais, feiras e eventos midiáticos. A integridade dos valores simbólicos é afetada pela imposição do valor de troca, em muitos casos esvaziando os produtos culturais de suas qualidades artísticas. Integrada, como as demais áreas produtivas, ao consumismo, a esfera cultural vem se tornando componente essencial na lubrificação do sistema econômico (Moraes, 2009, p. 68, grifo nosso).

Com esta percepção, o público que utiliza determinado meio de comunicação, sendo exposto a conteúdos midiáticos, pode ser entendido como espectador⁵ (aquele que dirige sua atenção a algo). Ou seja, observamos o deslocamento do público de seu tradicional papel de cliente (conceituação moderna advinda das Teorias do Marketing) diante da centralidade de sua atuação enquanto espectador e potencial participante nos processos de comunicação midiática. A questão, no entanto, envolve níveis, complexidades e formas de participação que, por sua vez, impactam no modo como os indivíduos podem se inserir no debate político e direcionar interesses para problemáticas locais. A ênfase no ideal da participação política tem adquirido contornos ainda mais intensos com a disseminação do uso de tecnologias digitais, difusão do acesso à internet, crescimento da mobilidade com o uso dos smartphones e ampliação da convergência.

PLATAFORMIZAÇÃO E COLONIALISMO DE DADOS NA RECONFIGURAÇÃO DA ATENÇÃO

Conforme exposto, ao considerarmos as complexidades das disputas por visibilidade e possibilidades de falas no ambiente digital, estamos analisando o potencial de participação política dos indivíduos perante a reestruturação da esfera pública proporcionada pelo Neoliberalismo.

Dessa forma, diante do paradoxo da globalização que vem se aproximando de ações coletivas e movimentos sociais de comunidades locais (Paiva, 2003), avançam mecanismos de controle e de reconfiguração da atenção coletiva em “comunidades digitais” disponíveis em redes sociais na internet. Portanto, as práticas de ações coletivas precisam ser concebidas diante das limitações impostas pelos modelos de negócio na internet, estruturas que privilegiam a hierarquização de temas e interesses com consequente (re)direcionamento da atenção coletiva.

Tais estratégias mercadológicas são materialmente constituídas para subverter o fluxo voluntário de atenção, de modo a reduzir (embora não necessariamente anular) o poder de decisão própria dos indivíduos, em prol do fortalecimento de estímulos que induzam a atenção automatizada submetida às interferências externas. Por exemplo, ainda que seja máximo o esforço de concentração de um leitor, se no seu campo de

⁵ Etimologia: Do Latim *spectātor,ōris*: espectador, contemplador, observador.

percepção há alguém gritando ou movimentando calorosamente os braços, camadas de sua consciência captarão esse estímulo.

O entendimento sobre o modo como se estruturam os modelos de negócio na internet, a partir da publicidade e da geração de interações dos indivíduos perante os conteúdos ali disseminados, está relacionado ao uso das plataformas digitais de comunicação como instrumento de poder político e econômico, parte do processo histórico:

O modelo de capitalismo industrial (monopolista) que se desenvolveu ao longo do século XX, sobretudo no pós-guerra, proporcionou a estrutura necessária para que a informação, o conhecimento e a cultura fossem produzidos, utilizados e organizados da forma que conhecemos hoje, como instrumentos de poder político e econômico de tipo particular. A internet é fruto também desse processo histórico, constituindo-se em espaço de convergência para toda a produção cultural industrializada, para o comércio em geral e também para os indivíduos e grupos sociais, como grande plataforma de comunicação” (Bolaño, Vieira, 2014, p. 75).

Esse processo histórico-social está relacionado ao uso dos meios de comunicação para a “formação de consciências e modos de pensar” (Moraes, 2016). Em última instância, modos de pensar que são consequência de ações comunicativas que despertam interesse nos indivíduos. Ao referenciar os pensamentos de Gramsci, Moraes (2016, p. 62) compreende a imprensa como “campos de disputas de sentidos e contrassentidos que atravessam a sociedade civil”, porém, acreditamos que seja possível conjecturar a atualização desse entendimento e ampliar essa compreensão para as diferentes plataformas de comunicação, incluindo (mas não somente) as mensagens jornalísticas distribuídas na internet.

Destarte, torna-se pertinente buscarmos refletir sobre os campos de disputas que se constituem nos modos de pensar e na geração de interesse na consciência dos sujeitos sociais, visto que a produção da mercadoria audiência, baseada no deslocamento de atenção e tempo dos indivíduos é “um produto intermediário comercializado num mercado intracapitalista, essencial na organização de um fator chave para a reprodução do capital monopolista, como é a publicidade” (Bolaño, Vieira, 2014, p. 75).

Desta forma, tal como ocorreu com o desenvolvimento do jornal impresso, depois o rádio e na sequência, a televisão, a publicidade se estabelece como um dos principais mecanismos de financiamento dos meios de comunicação. A internet se molda à conveniência de alguns grupos enquanto dissemina perspectivas hegemônicas condizentes com as diretrizes basilares da globalização econômica.

Para a audiência, esses grupos produzem consenso nos modos de pensar. Seja por meio dos conteúdos jornalísticos ou de outras categorias de conteúdos produzidos pela mídia hegemônica privada, seja pela organização algorítmica das plataformas. Desta forma, dados pessoais, interesses e os diferentes níveis de interação dos sujeitos sociais se constituem como o empacotamento da mercadoria audiência na internet.

Portanto, as praças de mercado apontadas por Dantas (2017) funcionam como pontes de conexão a ser estabelecida entre anunciantes e públicos por meio de conteúdos publicados nessas plataformas e sites de redes sociais. Por sua vez, a premissa é que os conteúdos despertem interesse dos usuários, garantindo volume de acessos e reações que potencializam a probabilidade de atrair atenção de outros usuários, de modo a amplificar a distribuição dessas comunicações e a alterar a percepção do público mediada por tecnologias digitais e lógicas algorítmicas, instaurando o processo de “colonização de dados” (Couldry, 2019).

Nas plataformas e sites de redes sociais, os indivíduos se conectam, interagem uns com os outros e produzem conteúdos sem necessariamente perceber o ambiente como propício para o comércio de bens e serviços. Por outro lado, grupos específicos de atores sociais vislumbram esses espaços como oportunidade para gerar visibilidade própria ou para projetar marcas e negócios.

Dessa forma, configuram-se no século XXI, grupos ou blocos de comunicação com atuação política e econômica em escala mundial, mas também forte influência no cenário local. Como placas tectônicas, a movimentação da indústria midiática e tecnológica é contínua e se intensifica, enquanto são sucessivas as tentativas de obliterar a representação da sociedade civil em debates e temas que sejam do interesse comum.

Com os modelos de negócios na internet, o processamento de dados altera a lógica do mundo social que passa a ser representado e pautado por vivências contadas e contabilizadas, sendo que a lógica da contabilização tem sido sobreposta à construção de narrativas, na medida em que esta se estrutura a partir de interesses e intenções, buscas são estruturadas em dados. Essa massa de dados, por sua vez, tende a (re)orientar conversações e padronizar a opinião pública, de modo que parece ser constituída uma nova dinâmica pela modelagem da atenção coletiva. Porém, esse fluxo sistemático de atenção pode ser revertido, ou minimamente sofrer resistências, por meio da atuação de atores sociais locais que, em articulação com o ambiente digital, busquem visibilidade e notabilidade para participação política na democracia burguesa.

Assim como a internet se reconfigura em consonância com o escopo da globalização econômica, as regras para distribuir conteúdo se acomodam às demandas de grupos hegemônicos que perpetuam o direcionamento ou a tentativa de direcionar a atenção dos públicos para mensagens que privilegiam o “senso comum”, em detrimento das causas advindas de grupos comunitários locais ou de minorias. Logo, é uma utopia o entendimento de que a multiplicação de formas e dispositivos viabilizou a mídia democratizada (Couldry, 2010).

ATENÇÃO MEDIADA ONLINE E AÇÕES COLETIVAS NA INTERNET

Discorreremos sobre a necessidade de revisitarmos o conceito de Habermas (2003) sobre “esfera pública” para atualizarmos o debate sobre democracia participativa no

cenário de ampla difusão do uso de tecnologias digitais, quando também consideramos importante o deslocamento de olhar para a internet e plataformas de redes sociais a partir da subalternidade, a partir do referencial de “esfera pública oposicional” (Caballero,2020).

Com esse esforço normativo, torna-se possível identificar questões aprofundadas sobre a atuação de movimentos sociais e ONGs em prol de iniciativas de comunicação comunitária nas plataformas de redes sociais, uma vez que esses atores sociais podem levar a um outro patamar as recorrentes discussões sobre determinismo tecnológico que reduzem e simplificam as ações coletivas. Em outras palavras, acreditamos que um possível caminho seja pensar mais sobre comunicação e informação a partir das estruturas instituídas, com menor ênfase (mas sem desconsiderá-la, obviamente) no potencial da transmissão que seduz o cognitivo.

Por essa condução, as questões indicadas por Caballero (2020) com relação às percepções de atuação das ações coletivas no digital podem ser somadas às preocupações de Couldry (2019) a respeito da datatificação e do colonialismo de dados, que asseveram a expansão do capitalismo por meio de estruturas digitais que tendem a cercear a liberdade humana.

Ou seja, diante do aparato estrutural instituído pelas tecnologias digitais e do sistema de gestão das plataformas de redes sociais na internet, precisamos estar atentos aos processos que possuem características de democracia participativa. Faz-se necessário identificar ações coletivas que busquem exercer contra potência ou mecanismos de resistência ao cerceamento das relações sociais e à massiva apropriação de recursos como parte da “colonização da vida” por lógicas de datificação.

Sobre a disputa por atenção humana, Couldry (2010) e Citton (2017) partem de percursos teóricos distintos, mas destacam a necessária preocupação com a atenção coletiva e com o poder de influência da mídia em direcionar interesses que, em última instância, impactam na agenda pública, nas decisões coletivas e governamentais e nas experiências de participação. Logo, a “conexão pública mediada” (ou “conexão política mediada”) investigada por Couldry (2010) ecoa na democracia intensamente mediada no cotidiano.

E, justamente por isso, a democracia participativa sofre os reflexos das potencialidades e limitações estruturantes do ideal de “conexão pública” em que há partilha de experiências e temas de interesse prioritários no coletivo. No entanto, por outro lado, a interpretação de coletivo precisa ser contextualizada e representatividade ponderada. Uma vez que a dinâmica de participação política perante as tecnologias e plataformas digitais sofre reverses no digital, é preciso sermos céticos em relação às nascentes de “preocupação compartilhada” (Couldry, 2010), visto que a noção de “coletivo” é constituída a partir da lógica algorítmica, do controle sistemático por grupos econômicos e financeiros que ditam as regras das plataformas digitais.

Dada a complexidade dos fatores sobrepostos e da característica de acelerada inovação que permeiam os negócios de plataformas digitais, é essencial

reconhecemos o impacto e os limites das plataformas digitais sobre a atenção coletiva mediada, assim como considerar os processos nos quais são forjadas as ações comunitárias coletivas na internet. Por isso, a partir da pesquisa de doutorado em andamento, sobre as dinâmicas da atenção e as disputas vivenciadas por atores sociais no local, compreendemos que, ainda que sujeitas às estruturas adjacentes da Globalização e do Neoliberalismo, as formações locais de resistência e disputas por atenção para problemáticas periféricas comuns parecem ser o ponto chave para oposição à lógica hegemônica dominante da plataformização e do colonialismo de dados, em prol do estabelecimento efetivo de práticas de participação democrática.

Como mencionamos, a visão otimista sobre o uso da tecnologia tem como principal fator a redução de distâncias espaciais e temporais, construindo “espaço público” ao permitir que informações estejam acessíveis a todos de modo praticamente simultâneo em diferentes localidades. Se por um lado a tecnologia é reverenciada como recurso endossador da democracia participativa, evidenciando positivismo embasado em argumentos míopes e utópicos, por outro, não podemos negar o seu suporte em mobilizações de atores sociais e na diversificação de vozes a serem constituídas com a distribuição de conteúdo.

A partir das explicações de Thompson (1998), as especificidades técnicas devem ser consideradas, mas sem “obscurecer o fato de que o desenvolvimento dos meios de comunicação é, em sentido fundamental, uma reelaboração do caráter simbólico da vida social, uma reorganização dos meios pelos quais a informação e o conteúdo simbólico são produzidos e intercambiados no mundo social” (*Ibidem*, p. 19).

Portanto, Thompson (1998) reconhece na vida social e cotidiana o lugar da apropriação dos recursos tecnológicos, sujeitando estes aos seus usos mediante a produção de conteúdos e mensagens. Reconhece também a influência da técnica e da tecnologia, mas não a sobrepõe às demais variáveis para compor discussões sobre o panorama midiático. Destarte, no contexto mediado em que vivemos e diante das múltiplas relações cotidianas nas quais estamos inseridos, é essencial considerar as duas faces das tecnologias digitais, bem como seus impactos: “obscurecer o fato de que o desenvolvimento dos meios de comunicação é, em sentido fundamental, uma reelaboração do caráter simbólico da vida social, uma reorganização dos meios pelos quais a informação e o conteúdo simbólico são produzidos e intercambiados no mundo social” (*Ibidem*, p. 19).

Se, por um lado, os avanços tecnológicos criaram novas possibilidades para o livre fluxo de informações, o uso de redes sociais e o ativismo global, por outro lado, há também o potencial que as empresas e governos exercem de ampliar seu controle sobre os meios de comunicação, restringir o fluxo de comunicação e apropriar-se dessas novas ferramentas para o seu próprio lucro e controle, à custa da livre expressão e da democracia (Kellner; Share, 2008, p.688).

Assim como o pesquisador norte-americano Thompson, o dinamarquês Stig Hjarvard avalia a influência da mídia no delineamento das sociedades. Embora partindo de

escolas distintas, ambos autores lançam luz ao papel da mídia enquanto agente estruturante e institucionalizado, atuante na sociedade, que condiciona os hábitos de interesses e modela a atenção humana. Hjarvard (2015) destaca que esse processo de “mídiatização”, ou seja, de atuação transversal da mídia nas mais diversas esferas socioculturais tem se intensificado com o avanço das tecnologias digitais.

Sob perspectiva mais específica a respeito do processo de mídiatização, Hjarvard (2015) propõe a compreensão estruturante da mídia ao longo dos anos, enquanto importante elemento influenciador das relações socioculturais, sendo a própria institucionalização da mídia uma parte essencial desse processo. Fenômeno que se torna ainda mais imbricado com as tecnologias digitais. Nesse processo relacional, a lógica da mídia é capaz de “influenciar outras instituições e a cultura e a sociedade em geral, à medida que estas se tornam dependentes dos recursos que ela controla e disponibiliza” (Hjarvard, 2015, p. 36).

A partir dessa compreensão sobre os níveis de influência das tecnologias digitais para a democracia participativa, é possível que evitemos polarizações e respostas simplistas para o desenvolvimento de políticas públicas que compreendam a totalidade concreta das relações e a garantia do Direito Humano à Comunicação.

Embora a suposta celebração em prol da diversidade de vozes possa ser suplantada pela valorização do capital e seus mecanismos de reprodução de poder, há fluxos de comunicação a serem estabelecidos para gerar compreensões e perspectivas diferenciadas. Indo além, faz-se necessário reconhecer a tecnologia como facilitador e relevante dispositivo que permite a atuação e a expressão de sujeitos sociais atingirem novos espaços e territórios. No entanto, como exposto, seu benefício como organizador perceptivo não deve ser superestimado, mas também compreendido como mecanismo de disputas na arena das relações sociais, políticas e econômicas. É uma armadilha a negação ou omissão da sinergia dos fatos que compõem a complexidade do cenário midiático e das plataformas digitais.

A partir dessa percepção, a revolução tecnológica deve ser compreendida como parte do processo de desenvolvimento capitalista (Bolaño, 2000). A não A partir dessa compreensão percepção ou omissão deste fato, dificulta tanto o pleno entendimento sobre as disputas simbólicas, quanto a identificação de instituições que visam a apropriação da tecnicidade, negando, portanto, opções que viabilizem a diversidade de vozes no contexto cotidiano de produção e distribuição de conteúdo na internet.

Apesar das circunstâncias de predomínio da financeirização e da manutenção de discursos hegemônicos na internet, podemos observar fissuras comunicacionais que revelam as disputas por circulação de conteúdos não homogêneos.

Para ampliar essas brechas e para evidenciar os desníveis da lógica dominante imposta, a qual gera superexposição ao “senso comum”, depreendemos que a partir da participação e reflexão crítica, os indivíduos podem buscar o desenvolvimento de maior autoconsciência sobre os motivos pelos quais seus interesses são configurados

em contexto histórico-social, diante de conteúdos hegemônicos estruturantes das dinâmicas da internet.

DIREITO HUMANO À COMUNICAÇÃO, ATENÇÃO MEDIADA ONLINE E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Diante do contraditório cenário de midiaticização em que a expansão do capitalismo adquire novas formas com a plataformização e consequente “empacotamento” da audiência digital, as ações coletivas de movimentos sociais na internet se estabelecem em meio ao paradoxo dos processos participatórios, como veremos a seguir.

Nos anos 1960 e 1970 houve intenso ímpeto em prol da promoção dos direitos humanos relacionados à comunicação (Carpentier; 2019). Com a disseminação da internet a partir de 1990, surgiu o interesse por estudos sobre interação, sendo ampliado o volume de investigações sobre participação, sobretudo com a Web 2.0 no início do século XXI – concomitantemente aos processos de plataformização, datificação e capitalismo de vigilância. É também com a Web 2.0 que aumenta o interesse pelas lógicas algorítmicas e manipulação de comportamentos dos internautas, quando há maior deslocamento de esforços investigativos sobre os percursos da atenção.

A atenção, enquanto processo social imerso em, proveniente de e diretamente inerente às práticas comunicacionais, também pode ser moldada, acionada e atravessada pelos fluxos midiáticos no tempo e espaço, sobretudo com o avanço do Neoliberalismo. Nesse sentido, a partir da segunda metade do século XIX, quando se lançam as estruturas basilares para a globalização e o imperialismo econômico, político e cultural, o desenvolvimento dos meios de comunicação e redes de informação passa a (re)configurar os fluxos atencionais de atenção em âmbito tanto individual quanto coletivo.

São as disputas de poder, discursos e estruturas que permeiam o direcionamento de interesses e cuidados para com a nossa atenção. Por isso, pensar nesse momento preliminar “voluntário” ou “automático”, que determina em diferentes níveis as conversações, os compartilhamentos, os engajamentos e as mobilizações na sociedade, é também pensar na distribuição irregular de poder e de acessos às tecnologias.

E se justamente esses critérios – disputas de poder político e econômico, disputas discursivas simbólicas, acessos aos recursos tecnológicos e usos de dispositivos – contribuem para a constituição do(s) império(s) midiático(s), é possível discorrermos sobre a atenção (e estruturas subjacentes) como um processo social, de modo a avaliar contrapontos e possíveis brechas que possam cooperar com a garantia dos Direitos Humanos à Comunicação e com o avanço de processos comunicacionais que

promovam mudança social, inclusive em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), apresentados na Agenda 2030 da ONU⁶.

Carpentier (2016) parte do princípio de que a temática da participação é necessária para as discussões sobre equilíbrio e desequilíbrios de poderes, sendo, portanto, um processo de disputas. Já Jenkins (2009)⁷ compreende que o acesso e a interação são processos participatórios que viabilizam o empoderamento, a partir da compreensão dos estudos sobre consumo. Desta forma, participação pela abordagem sociológica pode ser conceituada como “fazer parte de uma determinada realidade, o que resulta numa interação social concreta”, enquanto a abordagem política define como “uma forma de partilhar poder” (Carpentier et al., 2019, p. 20).

Ao longo do processo de midiaticização, a participação dos indivíduos passou a ser vista como item essencial para o sucesso de programas de entretenimento e jornalísticos, de modo a alcançar popularidade e melhores resultados de audiência. Assim, é controverso o papel do espectador participar com mensagens, votações e imagens em programas jornalísticos.

Nesse caso, se há filtragem dentre as mensagens e estas pouco ou em nada impactam no processo de apuração e construção das notícias, estamos diante de processos parciais de interação, nos quais o indivíduo possui sua comunicação diretamente restringida e controlada pelos meios de comunicação. Ou seja, as “vozes” são suprimidas e utilizadas mediante os objetivos da indústria, “o que significa que as produções midiáticas entendem que os cidadãos podem servir aos interesses do entretenimento, em vez de promoverem debates com verdadeiro interesse público” (Carpentier, 2019, p. 19).

No entanto, a participação (com enfoque político) viabilizaria um processo complexo e crescente – pode começar com um simples diálogo que ascende para discussões e mobilizações em prol de mudanças sociais e de maior equilíbrio nas relações entre os envolvidos. Porém, o esvaziamento das discussões sobre a participação está relacionado ao modo como esse processo social vem sendo orquestrado por atores sociais detentores de poder econômico, político e tecnológico. Assim, prevalecem as decisões e os objetivos de minorias privilegiadas.

De todo modo, há também a mobilização por “participação negativa”. De acordo com Carpentier et al. (2019), observa-se o aumento de trabalhos de pesquisa sobre o “lado oculto da participação”, quando há questionamentos sobre a instrumentalização da

⁶ Disponível em: https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E. Acesso em: 15 mar. 2021.

⁷ Vale ressaltar que, embora autores Carpentier e Jenkins sejam contemporâneos e dediquem estudos sobre campo teórico comum, os argumentos de ambos não podem ser compreendidos como intercambiáveis. Em linhas gerais, as compreensões de Carpentier sobre os limites e potencialidades da participação política e do uso de tecnologias digitais assumem orientação a partir das disputas de poder e, portanto, inevitável luta de classes. Já as contribuições de Jenkins tendem a enaltecer o potencial emancipatório e libertador que o uso de tecnologias pode proporcionar aos diversos grupos. Para outros desdobramentos, consultar: CARPENTIER, Nico, MELO, Ana e RIBEIRO, Fábio (2019). Resgatar a participação: Para uma crítica sobre o lado oculto do conceito. In: *Comunicação e Sociedade*, v. 36, 2019, p. 17-35. [Acesso: 20 outubro 2022]. Disponível em: <https://revistacomsoc.pt/index.php/>

participação e sobre eventual modelagem de opiniões coletivas em espaços públicos amplamente acessados com a disseminação da internet.

Uma vez que “estes espaços de comentários envolvem uma grande fatia de atenção e mobilização do público” (Ibidem, p. 19), também não é difícil questionar a atuação de parte dos internautas “que escrevem mais do que propriamente ouvem e leem, frustrando aquilo que seria eventualmente desejável num debate coletivo” (Ibidem). Nesse caso, além da superficial materialização do uso desses espaços e da perspectiva predominantemente tecnicista, devemos estar atentos a que

De um ponto de vista bastante ideológico, a falta de confiança na capacidade dos cidadãos no envolvimento em práticas democráticas é apenas uma parte da mudança na crença num sistema de uma elite cada vez mais forte, um pensamento que calibra a relação entre o povo e as “suas elites” (Carpentier *et al.*, 2019, p. 19).

De outro modo, “numa formulação mais otimista, as relações de poder equilibradas podem ser consideradas éticas, porque permitem aos indivíduos a obtenção e manutenção do controlo (sic) – até certo ponto – sobre as suas vidas quotidianas” (CARPENTIER *et al.*, 2019, p. 23). Se por um lado, a captura da atenção envolve disputas cotidianas que se intensificam diante dos processos sociais macro-históricos de mediação e midiaticização, por outro, de modo muitas vezes velado, são constituídos verdadeiros campos de batalha pelo interesse e pela participação da sociedade em causas comunitárias locais.

Nessa frente, os meios de comunicação comunitária foram se constituindo simbolicamente como a principal bandeira de luta pela democratização da mídia, pelo reconhecimento da comunicação como direito humano. Ao discorrer sobre o processo histórico de formação dos movimentos sociais, Gohn (1997) destaca a importância das comunicações no direcionamento de conversações cotidianas. Logo, depreendemos que o direcionamento de atenção coletiva no processo cotidiano local está diretamente ligado ao despertar de interesse em prol de mobilizações sociais:

crenças coletivas são criadas não por indivíduos isolados mas por indivíduos em comunicação e cooperação nas rotinas cotidianas, por meio de encontros em congressos, partidos; conversações informais em bares, restaurantes e viagens; telex, fax, E-mail, Internet etc. Esses espaços criam um misto de vida interpessoal, transformando o que não é familiar em coisas familiares. O protesto social é, portanto, construído socialmente (Gohn, 1997, p.84).

Uma vez que a mobilização da sociedade em prol das causas locais adquire contornos mais fortes e evidentes em momentos de ruptura, quando o enfrentamento parece ser a única opção, a consolidação do envolvimento cívico tende a ser enfraquecido pelas estruturas políticas e econômicas instauradas. Como movimentos efêmeros e minados pelas forças dominantes, o direcionamento de esforços encadeados para a mudança social tende a esvaecer no “plano panorâmico” dos eventos cotidianos, embora sejam mantidas as frentes de atividades concentradas em pequenos grupos atuantes em “plano detalhe” por meio de iniciativas comunitárias.

E diante do processo histórico, político e sociocultural que demonstra a trajetória em movimento de pêndulo (com avanços e recuos) de iniciativas comunitárias de comunicação, são recorrentes os estudos⁸ sobre a relação entre participação e desenvolvimento da cidadania. De acordo com Heloísa Matos, em seu estudo sobre “Comunicação Pública, Esfera Pública e Capital Social”, a “valorização dos cidadãos e da cidadania” deve ser o pressuposto da comunicação pública (Matos, 2009, p. 57), uma vez que “cidadania implica em mobilização, cooperação e formação de vínculos de corresponsabilidade para com os interesses coletivos, e a regra da luta pela inclusão são as expectativas e opiniões conflitantes e não o consenso de vontades” (Ibidem, p.111).

Desse modo, perpetuam-se indagações essenciais relacionadas à regulação pelo Estado e à concentração dos meios pelo mercado, sob controle de pequenos grupos privilegiados. Temática que impacta diretamente na discussão da democratização dos meios, do Direito Humano à Comunicação, dos processos de produção e consumo, e conseqüentemente, da participação e do envolvimento da sociedade nesse contexto. Em última instância, estamos diante de palco de disputas pela consolidação de vozes que possam despertar o interesse dos homens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre os três bilhões de conectados (Belli, 2017), de modo alegórico, podemos conjecturar questões secundárias para a agenda de pesquisas e debates sobre os fluxos de atenção mediada online e as disputas a serem estabelecidas por movimentos sociais na arena pública configurada pela/na internet : se há intensa fala, quem escuta? Se a menor parte da população conectada escuta, como pode ocorrer o diálogo e a construção efetiva de discussões que fomentem a mobilização política? E se a qualidade ou embasamento das falas também pode ser questionável, em que medida as falas subsequentes podem romper o ciclo vicioso? De que modo é possível repensarmos redirecionamentos de atenções mediadas online para tópicos de interesse público que propiciem mudanças sociais, diante da sistemática das plataformas?

A partir da discussão proposta, buscamos evidenciar a emergência de temáticas que, enquanto categorias analíticas a serem aprofundadas em pesquisas vindouras, vigoram a partir do cenário de reconfiguração da esfera pública com a internet, mas tendem a ser obliteradas diante da desafiador volume de questões a serem consideradas no cenário de contradições e obstáculos que moldam a dinâmica da vida cotidiana a partir da lógica Neoliberal.

⁸ Além de editoriais específicos organizados por grupos de estudo, a IAMCR (Internacional Association for Media and Communication Research) mantém seção ou grupo de trabalho dedicado ao tema “comunicação participativa ou participatória” (Participatory Communication Research section).

Dessa forma, processos de plataformização e colonização de dados devem ser compreendidos não somente a partir da lógica de controle e monitoramento inerente ao modelo de negócios de conglomerados políticos e econômicos na internet, mas, sobretudo, enquanto aparato estrutural que transpõe os fluxos de atenção mediada para uma realidade característica do século XXI que merece ser compreendida e debatida, especialmente diante da atuação de ações coletivas provocadas por movimentos sociais que disputam espaço para formar a opinião pública e direcionar interesse da sociedade em geral.

Dadas as recentes transformações no sistema midiático informacional, compreendemos que o deslocamento da democratização do acesso e da produção através de plataformas digitais, sob a implementação e o controle de grandes corporações, possibilitou a captura e o manejo de dados significativos sobre conteúdos relacionados não apenas a nossos hábitos e consumos, mas a trajetórias, rastros de necessidades e até de sonhos.

Demonstramos aqui a necessidade de compreender essa transformação tecnológica como parte do processo de desenvolvimento capitalista, o que coloca em perspectiva de continuidade a revolução proporcionada pelas mídias digitais no início do século XXI em relação à revolução proporcionada pelos meios de comunicação de massa, mais notadamente rádio e televisão, ainda na primeira metade do século XX.

No entanto, a recente transformação nos traz um outro elemento mais importante, relacionado ao limiar do que podemos compreender apenas como mídia. Se a Internet se coloca como ambiente comunicacional no qual estamos imersos em diversas atividades cotidianas, a mídia é apenas uma delas e precisa, ao mesmo tempo, ser descolada e evidenciada quando necessário, como também ser caracterizada no contexto do debate recente sobre midiaticização e plataformização.

Assim, temos elementos significativos para compreender uma economia da atenção que se coloca em outros termos, compreendida a complexidade recente, como também a reconfiguração do debate sobre a comunicação afirmada como direito humano, que não menos prescindirá de categorias clássicas como participação, democratização, pluralidade, diversidade, equidade e cidadania.

Desse modo, temos uma significativa e revigorada agenda para recolocar os debates sobre a comunicação para o desenvolvimento e a mudança social, mas, principalmente, em termos de justiça social. Contexto em que ações coletivas em torno de movimentos sociais são significativamente necessárias, compreendida a necessidade de atuação no combate à concentração e na exposição das contradições e dos limites das corporações em fomentar processos democratizantes.

Embora, o cenário de uso das tecnologias digitais proporcione acesso a diferentes canais de distribuição de mensagens na internet (algo até então inalcançável com a radiodifusão), as lutas tendem a ser potencializadas em outro campo de batalha. Efervesce a arena pela disputa da atenção mediada online que carrega tensões e impasses para o efetivo exercício da democracia e da participação por vezes que

buscam alcançar mudanças sociais locais, mas podem se tornar dependentes justamente das estruturas mercadológicas de sites de redes sociais que prometem disponibilizar lugar(es) de fala, enquanto encobrem os gritos e possibilidades de diálogo por meio de mecanismos silenciosos que atuam nas contrariedades da internet.

REFERÊNCIAS

BELLI, Luca. (Org), 2017. *Community networks: the Internet by the people, for the people*. Official outcome of the UN IGF Dynamic Coalition on Community Connectivity. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas.

BOLAÑO, César, 2000. *Indústria Cultural: Informação e Capitalismo*. São Paulo: Hucitec / Polis.

CABALLERO, Francisco; MORALES, Salomé, 2020. Espacio Público Oposicional Y Ciberactivismo: Una Lectura Materialista De La Acción Conectiva. In: *Perspectivas de la Comunicación* [em linha]. [Vol. 13 Núm. 2 \(2020\): Julio - diciembre](#) [Acesso: 20 mai 2022] Disponível em:

<https://revistas.ufro.cl/ojs/index.php/perspectivas/article/view/2263>

CABRAL FILHO, Adilson, 2011. A web 2.0 como agenciamento de audiências pelos grupos midiáticos contemporâneos. In: *Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Uerj* [em linha]. Logos: Comunicação e Universidades. Rio de Janeiro: UERJ, 2011 v. 18, nº 1, p. 152-165. [Acesso: 20 mai 2022] Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/1256/1603>

CARPENTIER, Nico, MELO, Ana e RIBEIRO, Fábio, 2019. Resgatar a participação: Para uma crítica sobre o lado oculto do conceito. In: *Comunicação e Sociedade*, v. 36, 2019, p. 17-35. [Acesso: 20 outubro 2022] Disponível em:

<https://revistacomsoc.pt/index.php/>

CARPENTIER, Nico, MELO, Ana e RIBEIRO, Fábio, 2018. Além da escada da participação: ferramentas para análise crítica dos processos midiáticos participativos. In: *Revista Mídia e Cotidiano* [em linha], v.12, nº3, dez.2018. [Acesso: 15 junho 2019] Disponível em: <https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/27559>

CASTELLS, Manuel, 2013. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar. p 27-49, 161-178.

CITTON, Ives, 2017. *The Ecology of Attention*. New York: Polity Press, 201.

COULDRY, Nick, MEJIAS, Ulises (2019). *The costs of connection: how data is colonizing human life and appropriating it for capitalismo*. Stanford, Stanford University Press. Págs: 187-216.

COULDRY, Nick, MELO, Ana, 2010. *Media Consumption and Public Engagement Beyond the Presumption of Attention*. New York: Palgrave Macmillan.

GOHN, Maria da Glória, 1997. *Teoria dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola.

- HABERMAS, Jürgen, 1981. *New social movements*. Telos, New York, n. 49, p. 33-37.
- HABERMAS, Jürgen, 1997. *Teoría de la acción comunicativa: complementos y estudios previos*. 3ed., Madri, Catedra.
- HABERMAS, Jürgen, 2003. *Mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução de Flávio R. Kothe. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- HABERMAS, Jürgen, 2008. *Comunicação política na sociedade mediática: o impacto da teoria normativa na pesquisa empírica*. In *Revista Líbero - Ano XI - nº 21 - Jun 2008*. [Acesso em: 10 março 2021] Disponível em <https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/592/560> 5394.
- HJARVARD, Stig, 2015. *Da mediação à midiatisação: A institucionalização das novas mídias*. *Revista Parágrafo [em linha]*, v.3, n.2, 2015. [Acesso em: 10 jan. 2020] Disponível em: <http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/331/339> .
- JENKINS, Henry, 2009. *Cultura da convergência*. 2ª Ed. São Paulo: Aleph.
- KELLNER, Douglas, 2001. *A cultura da mídia*. Estudos culturais, identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru: EDUSC.
- KELLNER, Douglas, SHARE, Jeff, 2008. *Educação para a leitura crítica da mídia, democracia radical e a reconstrução da educação*. [em linha] *Educ. Soc., Campinas*, vol. 29, n. 104 - Especial, p. 687-715, out. 2008. [Acesso em 24 setembro 2019] Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br> .
- LÉVY, Pierre, 2010. *Pela ciberdemocracia*. In: MORAES, Dênis. *Por outra comunicação*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record. p. 367-384.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús, 1997. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- MATOS, Heloísa, 2009. *Comunicação pública, esfera pública e capital social*. In: *Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público*. 2ª ed. São Paulo: Atlas.
- MORAES, Dênis, 2009. *A batalha da mídia. Governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Ed. Pão e Rosas.
- MORAES, Dênis, 2016. *Crítica da mídia & hegemonia cultural*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, pp. 61-76 e 91-107.
- OLIVEIRA, Cinthya P., 2016. *Iniciativas comunitárias de TV e perspectivas de envolvimento da sociedade na construção de esfera pública*. [em linha] *Dissertação (Mestrado em Mídia e Cotidiano)*. Niterói. [Acesso em 8 março 2017]. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/4025>
- PAIVA, Raquel, 2003. *O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo*. Rio de Janeiro: Mauad.

THOMPSON, John B., 1998. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. 11ª edição. Petrópolis: Vozes.